

REDAÇÃO

com Fernanda Pessoa

Análise das melhores
redações do Brasil





ANÁLISE DAS MELHORES REDAÇÕES DO BRASIL



Achei importante a gente parar um pouco de tanto conteúdo para tentar entender um pouco o que as redações perfeitas precisam ter.

Isso serve para qualquer texto que você vá escrever na vida.

Vamos lá:



* É terminantemente proibida a divulgação e a cópia deste material de acordo com a **Lei de Direitos Autorais contra o plágio**

* O plágio é um crime previsto no **artigo 184 do Código Penal** e regulamentado pela **Lei nº 9.610/1998**, a Lei de Direitos Autorais:

- ▶ O plágio é a cópia integral ou parcial de um texto ou de uma ideia, sem a menção do autor original.
- ▶ A punição para o plágio pode variar de multa a reclusão de até quatro anos, dependendo da extensão e da forma como o direito do autor foi violado.
- ▶ A Lei de Direitos Autorais assegura ao autor o direito ao uso e distribuição de sua criação.
- ▶ O plágio pode ser considerado integral, quando se copia um trabalho inteiro sem citar a fonte, ou parcial, quando se “cola” trechos de um ou mais autores, sem menção às obras.

Eu posso até demorar a achar que está usando o meu material e as minhas ideias, mas eu provo a todo mundo que eu acho e processo pra o povo ter vergonha na cara e ir estudar como eu faço TODOS OS DIAS DO ANO!

Analisem as redações com muito cuidado, vejam as aulas, pintem as teses, os tópicos frasais, as ampliações, vejam os trocadilhos, os teóricos escolhidos.

Por favor.



ANOTAÇÕES

MOTIVADORES DO CRESCENTE ISOLAMENTO DE IDOSOS NO BRASIL

Camila Maria

Na obra “O homem invisível”, o pintor Salvador Dalí desafia o espectador a decifrar e a construir a imagem do homem a partir de fragmentos visuais que, à primeira vista, não parecem se conectar. Sem desconsiderar o caráter artístico da tela, é possível perceber que, ao explorar a noção de como a presença de uma pessoa pode ser percebida ou ignorada dependendo de sua visibilidade e da interpretação dos outros, a pintura dialoga com o cenário do Brasil atual, visto que inúmeros grupos sociais, como os idosos, têm suas realidades semelhantes às de “homens invisíveis” na sociedade e são submetidos a um crescente isolamento. A partir desse contexto, não há como hesitar: é preciso entender como a construção cultural estigmatizada e a consolidação de uma sociedade marcada pela violência da produtividade são os motivadores da ampliação da solidão de pessoas idosas no Brasil.

Com base nesse viés, é nítido que a estruturação de um pensamento etarista acarreta o isolamento de idosos no Brasil. Isso ocorre, porque, com base nos estudos da filósofa Sueli Carneiro, há um “epistemicídio brasileiro”, isto é, grupos sociais minoritários, como as pessoas mais velhas, têm suas multiplicidades e seus modos de vida invalidados por destoarem dos sistemas hegemônicos de produzir cultura no país. Nesse sentido, apesar da complexidade e da riqueza de saberes que envolve a terceira idade, a falta de pertencimento predomina, o que ocasiona, infelizmente, o isolamento. Desse modo, a invalidação da existência de pessoas idosas fortalece sua exclusão de forma que se sentem, cada vez mais, “homens e mulheres invisíveis”, como representado por Dalí na pintura e, na vida real, por milhares de brasileiros abandonados em abrigos todos os dias.

Além disso, é perceptível que o isolamento de idosos também é motivado pela consolidação de um corpo social em que a urgência da produtividade capitalista determina o modo de vida dos brasileiros. Tal questão acontece, porque o excesso de positividade da atual estrutura da “sociedade do cansaço” produz pessoas mecanizadas e centradas na busca pelo lucro a todo custo, a ponto de indivíduos que distanciam de tais padrões produtivos (acelerados), como alguns idosos, serem postos à margem dos processos sociais atuais tanto no âmbito trabalhista quanto no das relações interpessoais. Em outras palavras, com base nos estudos do filósofo Byung-Chul Han, nota-se que o ritmo de vida da sociedade atual configura uma exclusão insidiosa, a qual se apresenta por meio do isolamento de pessoas idosas nos ambientes trabalhistas, de modo a perpetuar os impactos disso, inclusive, na saúde mental de tais indivíduos. Assim, há um Brasil que exclui seus cidadãos de idade avançada da dinâmica socioeconômica nacional, a partir de mais um reflexo da multifacetada sociedade do cansaço e do (desumano) desempenho que os adoece e isola.

Portanto, é urgente superar os motivadores do isolamento de pessoas idosas no Brasil. Logo, é necessário que o Poder Executivo Federal fomente uma agenda pública de incentivo à inclusão social dos indivíduos da terceira idade. Tal ação deverá ocorrer por meio da criação de um grupo de trabalho (composto por profissionais relacionados ao cuidado de tal grupo, como assistentes sociais e psicólogos), o qual irá promover a criação de cursos de atualização e de capacitação profissional e comunidades de trocas de experiências e conhecimentos entre os idosos. Isso será feito a fim de promover o pleno usufruto dos direitos garantidos na Constituição pela população idosa brasileira. Afinal, é chegada a hora de não mais existirem “homens invisíveis”, excluídos e isolados do cenário nacional.



ANOTAÇÕES

OBSTÁCULOS À MELHORIA DA MOBILIDADE URBANA NO BRASIL

Camila Maria

Na obra “São Paulo”, a artista Tarsila do Amaral retratou, no século XX, a cidade por meio de elementos, como o espaço verde, o trem e alguns grandes edifícios. Apesar do teor artístico, é possível perceber que a obra destoa do Brasil atual, uma vez que grande parte dos centros urbanos não representam a calmaria dos traços da tela, visto que vêm sofrendo com muitas falhas, principalmente, quanto à mobilidade urbana. A partir desse contexto, não há como hesitar: é necessário entender como o direito de ir e vir é prejudicado tanto pela ausência de ordenamento político interno quanto pelo caráter desigual do país.

Com base nesse cenário, é válido considerar que as raízes problemáticas da política brasileira persistem nutrindo problemas antigos e novos, como a atual falta de locomoção urbana. Tal questão ocorre, porque o Brasil sustenta, desde sua formação, ciclos socioeconômicos pautados na priorização das questões econômicas ligadas ao mercado externo em detrimento do crescimento interno do país, de forma que muitas cidades brasileiras, principalmente os grandes centros urbanos, seguem sem políticas públicas que promovam a integração do território e a melhoria no deslocamento. Essa questão foi estudada pela economista Maria da Conceição Tavares e denuncia o quanto a ausência de ordenamento interno mantém muitas formas de analfabetismo no Brasil, inclusive, o urbanístico. Em outras palavras, há uma minoria detentora de poder econômico e da força das instituições que não apresenta o conhecimento mínimo acerca de como melhorar o funcionamento das cidades brasileiras e a ineficiência da mobilidade dentro do território. Assim, nota-se um país que persiste frustrando o direito de ir e vir da sociedade devido à insistência em um modo retrógrado de lidar com suas questões internas, inclusive, suas cidades.

Além disso, é visível que o deslocamento precário dos brasileiros nas cidades é relacionado ao cenário de desigualdade presente no país. Isso acontece, pois a problemática questão da falta de mobilidade urbana funciona como uma espécie de “marcador social de diferença”, ou seja, os meios de mobilidade urbana (assim como os tipos de moradia, a classe social, a cor da pele e muitas outras delimitações) funcionam como uma forma de divisão entre as pessoas e reforçam a reprodução de desigualdades. Esse conceito é estudado pela historiadora Lilia Schwarcz e tem profunda ligação com os padrões excludentes do país. Em outras palavras, a crise no deslocamento dentro do território nacional é mais um reflexo da multifacetada exclusão, que se propaga em todos os aspectos da sociedade brasileira, pois a parcela populacional sem acesso a muitos dos direitos assegurados pela Constituição de 1988 é a mesma que é vítima da falta de mobilidade urbana. Dessa forma, observa-se a reprodução de um ciclo perverso entre a insegurança nas cidades e a desigualdade social, de forma que um problema mantém o outro e ambos impedem o fim de uma segregação estrutural que se perpetua em inúmeras esferas do país, inclusive, no deslocamento urbano.

Portanto, nota-se a urgência em superar a falha mobilidade nas cidades brasileiras. Logo, é necessário que o Poder Executivo Federal fomente uma agenda pública que priorize a questão da mobilidade urbana nacional. Tal ação ocorrerá por meio da criação de um grupo de trabalho, o qual será composto por membros do Ministério das Cidades, secretários estaduais e municipais e urbanistas como conhecimento técnico, para identificar e propor, com base no diagnóstico obtido a partir dos índices qualitativos dos transportes públicos nacionais, a melhoria de tal modal no cenário brasileiro, levando em consideração as necessidades equitativas das cidades do país. Isso será feito a fim de efetivar (sem restrições) o direito de ir e vir no Brasil. Afinal, é chegada a hora de a tranquilidade no espaço urbano não se restringir às telas modernistas.



ANOTAÇÕES

A DIGNIDADE MENSTRUAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL NO BRASIL

Camila Maria

Em sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, Carolina de Jesus traz à tona um cotidiano cruel ao descrever seus sentimentos em relação à condição de miséria e de violência em que vive. Longe de ser ficção, a situação problemática exposta pela autora escancara uma realidade que, apesar do hiato temporal, persiste, visto que a pobreza ainda se configura como um problema endêmico no país e se perpetua por todos os setores, como na precariedade do direito à dignidade menstrual, que acomete milhares de pessoas. A partir desse contexto, não há como hesitar: é preciso entender como a manutenção de uma estrutura desigual e uma política pautada pela dominação do capital são os fatores responsáveis pela grave pobreza menstrual, a qual mantém uma grande parcela da população brasileira em “quartos de despejo”.

Com base nesse cenário, é válido considerar que a precariedade em relação à menstruação é fortemente agravada pela desigualdade social. Isso ocorre, porque, como estudado pela historiadora Lilia Schwarcz, o problemático quadro de pobreza menstrual funciona como uma espécie de “marcador social de diferença”, ou seja, o acesso a questões básicas de higiene, como o direito ao absorvente (assim como a classe social, a cor da pele e muitas outras delimitações) funcionam como uma forma de divisão entre as pessoas e reforçam a reprodução de desigualdades. Esse conceito é estudado pela historiadora Lilia Schwarcz e tem profunda ligação com os padrões de invisibilidade presentes no país. Em outras palavras, a parcela populacional que sofre com a exclusão socioeconômica é a mesma que é vítima da falta do pleno usufruto de direitos fundamentais (como é o caso falta de dignidade menstrual), ou seja, pessoas pobres, pretas e periféricas. Dessa forma, a manutenção da falta de dignidade em relação à saúde e à higiene pessoal possui interdependência com a estruturação da desigualdade social no Brasil, de forma que um problema sustenta o outro e ambos impulsionam a permanência de um ciclo socioeconômico pautado na naturalização da violência contra a pessoa humana, por meio da pobreza em suas várias formas, inclusive, menstrual.

Além disso, é visível que a falta de dignidade menstrual também é ocasionada pela mercantilização de bens essenciais. Mas por que isso acontece? Infelizmente, porque, no Brasil atual, o Estado transforma o que é essencial para o indivíduo em produto e a maioria da população não tem como pagar: é o que acontece com itens de higiene pessoal, por exemplo. Nesse sentido, como estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, a capitalização de bens necessários para a manutenção da vida estrutura uma forma de dominação perversa, a qual é fundamentada na propagação de discursos ilusórios sobre possíveis avanços socioeconômicos enquanto mantém parte da população vivendo em situações de vulnerabilidade, como a precariedade do acesso a um absorvente mensal. Dessa forma, amplia-se o abismo social existente no país a partir da restrição do acesso a itens básicos a uma elite econômica de maneira a produzir (e reproduzir) um cenário trágico de pobreza em relação à menstruação.

Portanto, é urgente erradicar os desafios que geram a precariedade menstrual no Brasil. Logo, é necessário que o Poder Executivo Federal promova ações de priorização econômica que auxiliem a parcela da população em situação de precariedade menstrual. Tal ação deverá ocorrer por meio da implantação de um “Projeto Nacional de Incentivo à Dignidade Menstrual”, o qual irá realizar a ampliação da distribuição gratuita de itens de higiene pessoal (como absorventes), nas áreas do país de maior vulnerabilidade. Isso deverá ocorrer a fim de promover dignidade menstrual a todas as pessoas. Afinal, é chegada a hora de não haver mais milhares de “Carolinas” em condições de vulnerabilidade, pois o Brasil não pode mais ser visto como um “quarto de despejo”.



ANOTAÇÕES

OS IMPACTOS DA RAPIDEZ DAS TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS NO BRASIL

João Vitor dos Prazeres Santos

O mural “O homem controlador do universo”, construído pelo pintor mexicano Diego Rivera, pode até parecer demais para os olhos desatentos, mas, ao entender o contexto histórico da obra e as lentes do realismo social de Rivera, percebe-se que a tela explora a dualidade do uso da tecnologia pelo homem, pautada na coexistência de avanços tecnológicos em meio a aspectos socioeconômicos controversos. Fora do caráter artístico, a metáfora visual da tela descortina um aspecto da atual configuração brasileira: o antagonismo do homem diante do impasse entre o aprimoramento das transferências monetárias pela tecnologia e os impactos que essa praticidade causa para o país. Nesse sentido, a partir de uma análise semiótica do advento dos pagamentos digitais, é preciso entender os maiores efeitos (social e econômico) dessa prática.

Diante desse cenário, não há como hesitar: a rapidez das transações monetárias facilita a promoção de golpes digitais. Isso acontece, porque o avanço econômico e tecnológico do país ocorreu a partir de uma modernização pouco moderna, a qual, para o economista Celso Furtado, revela uma Nação propositalmente subdesenvolvida. Em outras palavras, as novas formas de transferir dinheiro (assim como outros aspectos socioeconômicos do Brasil) podem até ser modernos na intenção, mas, na prática, tais recursos não aliam o uso da tecnologia à instrução populacional acerca dessa modalidade, de modo que muitas pessoas, especialmente as mais idosas, não foram informadas acerca dos perigos que uma transação rápida oferece, o que facilitou os golpes digitais - já que deixou a população suscetível ao constante engano da transferência errada. Não por acaso, antes de achar que é possível “controlar o universo” com o pix, é preciso conter a universalização do golpe para os mais vulneráveis.

Além disso, outro impacto da praticidade monetária é a permanência de uma utopia econômica social. De fato, a recorrência de transações facilitadas promove -em uma sociedade cuja base teve historicamente a participação econômica limitada- a inocente ideia de controle financeiro, quando, na verdade, o descontrole é mais propício. Tal perspectiva vem sendo estudada pelo cientista e professor Luiz Bevilacqua, o qual denuncia o fato de o Brasil não possuir uma educação científica promotora de um desenvolvimento social e tecnológico eficaz, o que repercute na utilização imediatista de um recurso virtual para a transferência monetária sem o mínimo de responsabilidade. O resultado? Uma sociedade com noções deturpadas de crescimento econômico que, ao utilizar o pix de crédito da Nubank, pensa que encontrou uma nova forma prática de pagar as contas do cotidiano (sem perceber as dívidas acumuladas pela alta taxa de juros dessa ferramenta). Não é pragmatismo econômico, é descontrole financeiro e chama a atenção para a falsa ideia de “dinheiro sempre na mão” que a rapidez das transferências monetárias causa.

Portanto, infere-se que os impactos da rapidez das transferências monetárias devem ser minimizados no Brasil. Para isso, o Poder Executivo Federal deve criar uma agenda pública de aprimoramento das ferramentas de pagamento digital. Tal ação ocorrerá por meio de um grupo de trabalho administrativo (por já ser um recurso utilizado pelo governo atual), o qual irá articular formas de prevenir golpes e de instruir a população acerca da educação financeira e do uso responsável do pix, de modo que o dinheiro transferido passe pelo crivo do planejamento econômico e não seja resultado de uma euforia da rapidez. Isso deve ocorrer a fim de dinamizar, de forma efetiva, o uso rápido das transações online para que a população utilize essa modalidade da melhor forma de acordo com o “seu” universo.



ANOTAÇÕES

O CRESCIMENTO DO USO DE JOGOS DE AZAR EM MEIO ELETRÔNICO NO BRASIL

João Prazeres

A pintura surrealista “O enigma do desejo”, do pintor Salvador Dalí, pode até parecer abstrata para os olhos desatentos, mas, ao entender o contexto da obra e a proposta do surrealismo, percebe-se que a tela explora a relação entre o consciente e o inconsciente, pautada no desejo ou na sua repressão. Fora do caráter artístico, os símbolos construídos por Dalí desvatinam um aspecto da mente humana e da realidade social: a vontade de dominar o comportamento humano, a ponto de permitir que vícios, como o crescimento do uso de jogos de azar online, aprisionem o indivíduo no enigma de desejar vencer a qualquer custo. Nesse sentido, ao se basear no aumento das apostas eletrônicas no Brasil, é preciso analisar a origem social dessa questão, bem como o seu maior impacto.

Diante desse cenário, não há como hesitar: a maior participação dos brasileiros nos jogos eletrônicos de azar é mais um sintoma de uma nação que foi educada (ou mal-educada) para ser explorada. Isso acontece, porque, como já estudado pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, há no Brasil uma espécie de “colonialismo insidioso”, isto é, há a manutenção de estruturas coloniais perversas, que podem até se disfarçar em meio a avanços sociais, mas que ainda condiciona parte da sociedade a um cenário de alienação. Em outras palavras, os detentores do poder econômico enxergam, no investimento massivo em jogos de aposta online, mais uma oportunidade de manter a população pagando caro (literalmente) por ser explorada, o que mostra um sintoma de alienação proposital e degradante que encrerra os brasileiros no vício e na esperança de “um dia” vencer, quando, na verdade, quem está vencendo é a parcela social que já não perde há muito tempo. Não por acaso, a população não decifra o enigma encoberto pela manipulação de uma promessa (não surrealista, mas surreal) de prosperidade, como se não houvesse limite para a condição do desejo, já que se acredita valer a pena perder tudo no “jogo do tigrinho”.

Além disso, como resultado de uma exploração insidiosa, tem-se a manutenção de um ciclo socioeconômico desigual como maior impacto do crescente cenário de jogos eletrônicos de azar. De fato, o “azar” de perder quase 24 bilhões em apostas online, por parte dos brasileiros, segundo o banco ITAU, é convertido em “sorte” para as pessoas que receberam esse valor em lucro: não é hipótese, é matemática. Tal perspectiva evidencia o quanto as atuais formas de apostar mantêm a parte vulnerável ainda mais endividada e alimentam um ciclo de desigualdade que se perpetua como uma condição do país, e não como um estágio a ser superado (teoria estudada pelo economista Celso Furtado no século XX, mas visivelmente atemporal). Afinal, ao entender que os problemas do Brasil se repetem, fica nítido que os jogos de azar, agora facilitados pela internet, são apenas a nova face de um velho conceito de desigualdade social que afeta milhões de brasileiros, os quais até podem eventualmente lucrar com essas práticas, mas, na maioria das vezes, acabam se expondo ainda mais à vulnerabilidade socioeconômica.

Portanto, infere-se que o avanço dos jogos eletrônicos de azar precisa ser contido. Para isso, o Poder Executivo Federal deve criar uma agenda pública de regulação das apostas online. Tal ação irá ocorrer por meio de um grupo de trabalho (já que é uma ferramenta utilizada no governo atual), o qual irá unir profissionais da política monetária e do ramo da tecnologia para articular ideias que instruam a população acerca do uso responsável desses aplicativos, de forma objetiva, além de estabelecer um limite de investimento e da quantidade de gasto para a população mais vulnerável, minimizando o prejuízo que essas pessoas possam sofrer. Isso será feito a fim de impedir a perpetuação de um ciclo desigual na sociedade, de modo que a alienação social seja combatida e o desejo de vencer deixe de ser um enigma para se tornar realidade. Afinal, já se percebeu que nem todo “Esporte é da Sorte”.



ANOTAÇÕES

O ACESSO À INTERNET COMO REQUISITO À INTEGRAÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XXI

João Prazeres

O artista Claude Monet buscou, na sua tela “Impressão, nascer do sol”, ofuscar os referenciais estéticos ao sugerir a paisagem pintada sem que houvesse a certeza do que se vê, apenas a sensação. Essa técnica impressionista, na época utilizada para inovar a concepção artística, parece ter sido realocada de função: hoje, mascarar o referente alcança a dinâmica social por meio de inúmeras pessoas que, em pleno século XXI, no Brasil, ainda não têm a certeza de que a internet é uma ferramenta de ascensão social, restando apenas a “impressão” dessa ideia. A partir disso, para entender os referenciais distorcidos por uma sociedade impressionista e facilmente impressionada, é preciso entender por que o acesso à internet ainda é limitado e qual o maior impacto social dessa questão.

Nesse sentido, não há como hesitar: a discrepância entre o desenvolvimento econômico do Brasil e a sua realidade social é responsável por fomentar a paradoxal falta de acesso à internet em uma nação teoricamente modernizada. Isso acontece, porque a sociedade brasileira é posta à mercê de condições tecnológicas arcaicas por não aliar o crescimento econômico à justiça social, o que caracteriza, para o economista Celso Furtado, o subdesenvolvimento do país como causador de muitas mazelas nacionais, como a atual falta de acesso à internet para mais de 30 milhões de brasileiros, segundo pesquisa feita pelo governo federal em 2023. Com base nisso, apesar de ser uma necessidade básica, a utilização da rede de dados para a inserção do indivíduo na esfera trabalhista, acadêmica e em outros serviços essenciais tem sua garantia defasada, o que ratifica a consequência de um desenvolvimento econômico excludente. Não por acaso, o Brasil afirma essa contradição ao tentar se impor como desenvolvido quando, na verdade, ainda sugere uma ideia de conectividade para a população sem conseguir oferecê-la de forma minimamente equitativa.

Além disso, como consequência do paradoxo sociedade-economia, a persistência de um analfabetismo tecnológico se configura como um problema para a conectividade exigida pelo século XXI. De fato, a demanda pela internet não é mais reservada aos socioeconomicamente privilegiados (como sempre aconteceu), visto que questões tecno-científicas estão sendo cada vez mais capazes de atender a demandas sociais, o que mostra o quanto a falta de acesso à rede de dados repercute no alheamento a questões coletivas básicas, desde marcações de consultas médicas em postos de saúde até o acesso a uma educação de qualidade, por exemplo. Tal questão é estudada pelo professor e cientista Luiz Bevilacqua, o qual aborda a importância de uma educação científica para o desenvolvimento tecnológico e social eficaz. Afinal, a razão pela qual o Brasil ainda não se destacou mundialmente como produtor de conhecimento, sem dúvida, tem origem no analfabetismo tecnológico e crítico, ainda mais evidente quando não existe uma internet de qualidade disponível a todos em um país que propaga amplamente a ideia de que ser Vivo é a única forma eficaz de “viver sem fronteiras”.

Portanto, infere-se que o acesso à internet deve ser garantido para a integração social do século XXI. Para isso, urge que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, destine recursos para efetivar a qualidade de acesso à rede de dados no país. Tal ação ocorrerá por meio de um Plano Nacional de Conectividade, o qual irá mapear as regiões onde o acesso à internet é falho para que, a partir disso, desenvolvam-se políticas públicas de Wi-Fi gratuito, pois é necessário que a oportunidade de acesso garanta o uso positivo da Internet. Isso deve ser feito, a fim de reverter o subdesenvolvimento tecnológico do Brasil e integrar o povo brasileiro pela conexão em rede. Afinal, é preciso ultrapassar apenas a impressão de país desenvolvido e finalmente permitir que o desenvolvimento equitativo se efetive em todas as áreas.



ANOTAÇÕES

A NECESSIDADE DE ESTÍMULO À CRIATIVIDADE PROFISSIONAL NO BRASIL

João Prazeres

O surrealismo de René Magritte, exposto na pintura “A traição das imagens”, desafia o conceito de realidade e de representação ao destacar a imagem convencional de um cachimbo seguida da frase: “isso não é um cachimbo”, o que rompe com a ideia de arte literal e propõe uma interpretação mais ampla dos elementos ao passo que a representação de um objeto não é, de fato, a sua materialização. Para além do campo artístico, a concepção de Magritte aborda um grave dilema quando se trata de Brasil: transcender o óbvio em meio a uma sociedade extremamente tradicionalista, a qual ainda não percebeu o quanto a criatividade humana é capaz de proporcionar inovações nas mais variadas áreas, principalmente, nas novas formas de trabalho. Nesse sentido, é preciso entender o que ainda impede o incentivo à aprimoração criativa profissional do país e o maior impacto dessa falta para a sociedade.

Diante desse cenário, não há como hesitar: a perpetuação de comportamentos sociais previsíveis frustra a inovação profissional no Brasil. Isso acontece, porque, com base na percepção do sociólogo Boaventura de S. Santos, o país mantém estruturas coloniais e manipulatórias perversas, as quais podem até se disfarçar em meio a avanços sociais, mas ainda visam condicionar parte da população sem uma emancipação intelectual efetiva. Em outras palavras, é mais viável para quem detém o poder econômico (e, consequentemente, o político e social) manter a sociedade isenta do estímulo criativo e pronta para repetir comandos de “produza dessa forma”, “consuma desse jeito” e “aceite qualquer condição de trabalho”, em meio a um discurso neoliberal disfarçado de liberdade de escolha. Nessa perspectiva, milhares de profissionais no Brasil, que tentam se adaptar às demandas inovadoras da atual globalização, são cerceados pela falta de estímulo criativo e financeiro, presos a formas de atuação laboral padronizadas e não conseguem perceber além de uma imagem convencional: seja a de um cachimbo ou não, como se a capacidade de abstração do profissional sequer alcançasse o raciocínio de uma concepção artística.

Além disso, como resultado de uma alienação social, a falta de estímulo à criatividade profissional impacta na estrutura socioeconômica da nação. De fato, o Brasil se insere, cada vez mais, em um arquétipo social pautado em uma modernização pouco moderna, ou seja, em um desenvolvimento econômico sem investimento no crescimento social. Tal questão foi estudada pela economista Maria da Conceição Tavares ainda no século XX e mostra, até hoje, o quanto o modelo econômico agroexportador do país dificulta o desenvolvimento de um mercado interno eficaz. Com base nisso, é evidente que a limitada produção criativa de grande parte dos profissionais brasileiros afeta diretamente a ampliação de medidas capazes de fomentar o comércio nacional e de criar soluções inovadoras para questões internas enraizadas. Afinal, ao não incentivar a inovação profissional, o Brasil continua explorando o trabalhador, exportando commodities e a população mais vulnerável segue sendo obrigada a aceitar propostas abusivas de trabalho: no campo, isso acontece com a ideia equivocada de que o “agro é pop” e, na cidade, com a falsa sensação de liberdade financeira em um país onde só o dono do “Mercado Livre” é, de fato, “livre”.

Portanto, infere-se que a criatividade profissional deve ser estimulada no Brasil. Para tanto, urge que o Poder Executivo, mais especificamente o Ministério da Fazenda, estimule, financeiramente, postos de trabalho que desenvolvam inovações em suas respectivas áreas. Tal ação deve ocorrer por meio de um Plano Nacional de Inovação Trabalhista, o qual irá estabelecer vantagens tributárias para empreendimentos que estimularem novas formas de movimentar o mercado interno, de modo que sejam valorizadas propostas criativas de produtos e serviços, pois o mercado nacional nos mais diversos setores precisa se desenvolver de forma criativa para o fortalecimento da economia local. Isso ocorrerá, a fim de reverter a alienação profissional e de erradicar a dependência externa do país.



ANOTAÇÕES

O DESAFIO ENFRENTADO PELO BRASIL NO CENÁRIO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS.

Thúlio José

Mais do que reciclar, seduzir e ressignificar a partir de tiras de papel moeda, Vik Muniz resgata, por meio da série “Dinheiro Vivo”, um debate em torno do ciclo de produção e abstração do valor, amparado em um discurso ambientalista que recupera o que há de concreto no mundo real: dinheiro não é capital, elite não é classe e não se negocia com o meio ambiente. Nesse sentido, ao considerar que o Brasil derruba árvore para fazer dinheiro e as obras de Muniz são imagens dessa natureza castrada, é preciso compreender como o descompasso do homem perante a natureza interfere diretamente na alteração do clima hoje e qual o maior impacto da manutenção de tais comportamentos.

Com base nesse cenário, observa-se que os problemas relacionados às mudanças climáticas no Brasil advêm do histórico de-sinteresse em investir na preservação de um biossistema saudável. De fato, a colonização exploratória deixou como herança a normalidade de apropriação de bens nacionais para fins particulares - visão patrimonialista estudada, inclusive, pela historiadora Lilia Schwarcz. Nesse sentido, ao tratar de questões ambientais, nota-se o quanto os recursos da natureza são postos a serviço de uma exploração desenfreada, que não considera a ideia de um desenvolvimento sustentável real, mas sim de uma produção para atender as demandas de uma minoria que usufrui do lucro desse mercado e consegue deformar a maior parte dos ecossistemas. Assim, no país de Vik Muniz, Davi Kopenawa e Sebastião Salgado, a febre da terra é um escândalo ainda mais quente, já que consequentemente a natureza continua mercantilizada em benefício de parasitas econômicos, em um contínuo processo exploratório que aconteceu com o pau-brasil, com o ouro e hoje acontece à mercê da alta variação da temperatura do planeta. É dinheiro vivo à custa de um colapso climático.

Ademais, percebe-se o quanto a sociedade brasileira apresenta uma perigosa tendência de tratar, de forma panfletária, assuntos relacionados aos conflitos sociedade-natureza. Isso ocorre, porque, quando a espetacularização das transgressões em prol dos indivíduos que acreditam no mito da sustentabilidade migrou para o campo midiático, o formato de divulgação das notícias mudou, pois o assunto em questão passou a ser abordado com adaptações eufémicas que passaram a amenizar a gravidade dos fatos relacionados ao real estado do planeta. Essa espécie de “alienação ambiental” foi estudada pelo escritor e ambientalista Ailton Krenak e se fundamenta na denúncia da falsa ideia de um mundo sustentável, amparada por um discurso de sociedade consciente, que, no caso do Brasil, ainda confunde as cores da coleta seletiva, mas acredita que, ao reutilizar as sacolas da Zara, está salvando o planeta. Na verdade, isso é acompanhar o caos e se tornar espectador de sua própria aniquilação.

Portanto, é evidente que o analfabetismo ambiental fomenta um quadro perigoso de alteração climática. Assim, é fundamental que o Poder Executivo Federal fomente uma agenda pública em defesa de um biossistema saudável. Tal iniciativa ocorrerá por meio da criação de um grupo de trabalho administrativo, o qual irá disponibilizar, em canais de fácil acesso, por exemplo, na tv aberta, informações verídicas e atualizadas sobre as questões climáticas. Isso será feito, a fim de proporcionar conhecimento básico para o funcionamento harmonioso entre homem e natureza. Afinal, não adianta ter dinheiro vivo em uma sociedade semiviva e com sua natureza morta.



ANOTAÇÕES



Estamos juntos nessa!



CURSO
FERNANDA PESSOA
ONLINE

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.